

CATALUNHA: UMA NAÇÃO SEM ESTADO

CATALONIA: A NATION WITHOUT A STATE

RODOLFO PEREIRA DAS CHAGAS

Universidade de São Paulo
rodogeo@usp.br

RESUMO. Este início de século vem sendo marcado por inúmeros movimentos nacionalistas na Europa, principalmente na parte ocidental, fenômeno inimaginável em decorrência do fato da criação da União Europeia. Pensava-se que com o fim da Guerra Fria, somente a parte a centro-oriental do velho continente seria tomada por movimentos irredentistas, ligados a questões identitárias nacionais, entretanto a história europeia recente vem mostrando a ascensão dos nacionalismos que, em alguns casos, têm se desdobrado em lutas separatistas, como é o caso da Catalunha, uma das mais conhecidas nações sem Estado da Europa. No passado, a questão do idioma catalão foi um elemento muito forte nas discussões com o governo espanhol e na luta por autonomia, não obstante, quando essas aspirações por autonomia ganham força, elas deixam de abordar apenas fundamentos culturais e se direcionam também às discussões políticas, como é o caso da região-tema deste artigo. O discurso independentista catalão se fortalece no momento em que a crise espanhola se aprofunda. Não bastasse a crise da zona do euro, os nacionalismos regionais ganham novo impulso em razão da crise econômica. Regiões como Escócia (que passou por um referendo em 2014), o sul da França (região de Occitania), as lutas travadas na Bélgica pelos flamengos, e a própria Catalunha, são alguns dos exemplos que apontam que mesmo após 50 anos de tentativas e ações para unificação europeia, o continente agora teme passar por um processo de fragmentação. Este artigo é parte da pesquisa de doutorado sobre a ascensão dos movimentos nacionalistas europeus no período pós-Guerra Fria que está em andamento.

PALAVRAS-CHAVE. CATALUNHA, NACIONALISMO, SEPARATISMO, UNIÃO EUROPEIA, GEOPOLÍTICA.

ABSTRACT. This new century has been marked by numerous nationalist movements in Europe, mainly in the west, a phenomenon due to the creation of the European Union. It was thought that with the end of the Cold War, only the central-eastern part of the old continent would be prone to irredentist movements, linked to national identity issues. However, recent European history has shown that the rise of nationalism, in some cases, has unfolded in separatist struggles, as is the case of Catalonia, one of the most well-known stateless nations of Europe. In the past, the issue of the Catalan language was a very strong element in discussions with the Spanish government and the struggle for autonomy; however, as these aspirations for autonomy gained strength, they failed to address the cultural foundations, as well as direct political discussions, which is the subject-region case of this paper. The Catalan separatist discourse is strengthened when the Spanish crisis deepens. Not only is the crisis in the Euro zone, regional nationalisms gain new impetus due to the economic crisis. Regions such as Scotland (which has just been through a referendum in 2014), Southern France (Occitania region), and the struggles waged by the Flemish in Belgium and Catalonia itself are examples that show that, even after 50 years of trials and actions for European unification, the continent now faces fragmentation. This paper is part of Ph.D. research on the rise of European nationalist movements in the post-Cold War period, which is currently underway.

KEYWORDS. CATALONIA, NATIONALISM, SEPARATISM, EUROPEAN UNION, GEOPOLITICS.

APRESENTAÇÃO DO TEMA

Em geral, a Europa nos é apresentada como uma região de estabilidade política e que está muito próxima da integração supranacional. Ao final da Guerra Fria, imaginava-se que com as desintegrações de União Soviética e Iugoslávia (e crise do modelo federalista de ambos os países), haveria a insurreição de movimentos nacionalistas na porção centro-oriental europeia em função da

desmobilização de governos socialistas centralizadores que dominaram essa região durante décadas. Além disso, com o processo de integração regional bastante avançado na porção ocidental do velho continente, pensava-se que este seria um território estruturado a partir de valores democráticos e de respeito às identidades de todos os povos pertencentes ao “novo” bloco.

Sabe-se que os primeiros Estados soberanos eram autoritários, entretanto atualmente a maioria é democrática, instituída pelo sufrágio universal. Os movimentos nacionalistas modernos incorporaram esta ideia, que cada povo tem o direito de se tornar dono de seu destino; é o chamado princípio de autodeterminação dos povos, que cria a possibilidade de independência nacional.

Nas últimas décadas do século XX, ao mesmo tempo em que se intensificava a globalização, o projeto da União Europeia passou a esbarrar em antigas reivindicações autonomistas e independentistas, a partir da emergência de movimentos estruturados sobre uma base étnico-nacionalista. O desmembramento nacional passou a ser visto como a solução para reivindicações de identidades: cada país pode transformar-se em vários outros. Este aspecto revela uma situação paradoxal, uma vez que no mundo globalizado tenta-se uma maior integração a partir da criação de redes, desenvolvimento das redes de transportes e comunicação, o turismo e o comércio aproximam povos e nações, enquanto há diversos povos que lutam por autonomia, gerando a fragmentação de alguns territórios.

Apesar dos esforços do governo europeu de estabelecer uma união econômica e monetária entre os países-membros do bloco, ressurgem com vigor os movimentos nacionais de defesa da identidade social e cultural de diferentes povos e nações. Com o predomínio do modelo neoliberal e, por consequência, do interesse do grande capital financeiro, as nações que não dispõem de Estado são marginalizadas ou excluídas; desta forma, há reações de várias destas nacionalidades que tentam resguardar suas identidades culturais ameaçadas, como por exemplo, a defesa do idioma (o catalão na Espanha, o alsaciano na França, etc). Povos e nações sem Estado não têm reconhecimento algum e não são consultados sobre nenhuma decisão a respeito da União Europeia, fato que fratura a base democrática do bloco, além de sinalizar uma difícil convivência futura entre os povos europeus. Segundo Guibernau (1997), minorias nacionais com uma consciência nacionalista ressentem-se dos vários modos pelos quais suas instituições políticas se perderam no passado, enquanto outras estão simplesmente insatisfeitas sobre a maneira como o Estado trata dos interesses delas. Isso explica a atual revivificação do nacionalismo em nações sem Estado na Europa ocidental e, entre elas, destaca-se a atual situação do movimento separatista catalão.

OBJETIVO

O objetivo principal deste artigo, que é parte de pesquisa de doutorado em andamento, é o de analisar a atual situação do movimento separatista catalão, inserido em um contexto de ascensão dos movimentos nacionalistas na Europa Ocidental, levando-se em conta a emergência de novas regiões ou renovação de antigas regiões europeias, apesar das políticas supranacionais de integração fomentadas na União Europeia.

RESULTADOS PRELIMINARES

A globalização é também conhecida como a era do ressurgimento do nacionalismo, uma vez que grande parte da reconstrução das identidades vem sendo pautada na questão da nacionalidade. Inúmeros conflitos contemporâneos têm como principal motivo a questão cultural, étnica, religiosa, que imbrica, invariavelmente, em questões identitárias nacionais.

Segundo Castells (2010), essa tendência histórica de fortalecimento do nacionalismo tem surpreendido alguns observadores por uma causa tripla: “a globalização da economia e a internacionalização das instituições políticas; o universalismo de uma cultura compartilhada, difundida pela mídia eletrônica, educação, alfabetização, urbanização e modernização; e os ataques desfechados por acadêmicos contra o conceito de nações, consideradas ‘comunidades imaginadas’.” Importante ressaltar que o conceito de nação como uma comunidade imaginada parte de Anderson (2008) que afirma que o nacionalismo precisa ser compreendido ao ser associado não com ideologias políticas constrangidamente mantidas, mas com grandes sistemas culturais que o precederam e a partir dos quais ele passou a existir. Para ele, uma comunidade imaginada é uma comunidade política, soberana e limitada e tem a língua como seu principal substrato.

Outros autores também vêm discutindo a ascensão e fortalecimento do nacionalismo no final do século XX e início do século XXI. Guibernau (1997) afirma que essa força dos movimentos nacionalistas se dá “a partir da sua principal característica de ser resistente à homogeneização, de superar crises políticas, de se opor ao crescente poder das organizações internacionais e supranacionais e de dar significado às lutas econômicas, políticas e sociais.” A análise dos conceitos abordados pela autora nos permite inferir que para ela o nacionalismo se fortalece à medida que há a consolidação dos princípios norteadores do processo de globalização.

Tanto Gellner (1993), quanto Almeida (1995) afirmam que o clamor por uma tem condições de se constituir com base no Estado. Os dois autores fazem sua reflexão posicionando os movimentos nacionalistas como uma incógnita nos próximos anos, tendo-se em vista que a despeito das lutas por distintas liberdades de minorias, da estandartização dos meios de comunicação, globalização econômica, etc., luta-se pela afirmação de identidades nacionais de grupos, que na maioria dos casos, se dá de maneira conflituosa.

Já Nye (2002) assevera que o nacionalismo “[...] é uma força de combate no mundo pós-Guerra Fria.” Diz o autor que em função da rápida evolução tecnológica, o mundo se parece mais interligado, entretanto, simultaneamente muitas pessoas reagem a essas mudanças com respostas nacionalistas desagregadoras. Ao mesmo tempo em que a globalização gerou interação econômica, o mundo vive um período de grande fragmentação política. Segundo o autor, “[...] o nacionalismo parece tornar-se mais intenso, uma vez que ao invés de nos tornarmos uma aldeia global, somos um mundo composto por várias aldeias ao longo do globo que estão mais conscientes umas das outras.”

Hobsbawn (2004) segue linha semelhante, quando afirma que os movimentos nacionalistas característicos dos finais do século XX são essencialmente negativos, ou melhor, separatistas. O autor os encara como uma “reedição” de pequenos movimentos nacionalistas dirigidos contra os grandes Impérios que eram modelos obsoletos de organização política, em nome de um modelo de modernidade política, constituído pelo Estado-nação.

Ainda segundo Hobsbawn (2004), há um outro tipo de movimento que caminha em sentido oposto ao anterior, uma vez que rejeita os modos modernos de organização política. Esse tipo de manifestação se dá devido à combinação de movimentos populacionais internacionais com as transformações socioeconômicas característicos dos últimos vinte e cinco anos do século passado. Um exemplo é a luta pela afirmação da língua inglesa nos Estados Unidos, na década de 80, em função do alto contingente de imigrantes latinos presentes naquele país. Segundo os militantes do movimento, ocorria uma “hispanização dos Estados Unidos”, já que em muitos lugares, o espanhol se tornava o principal idioma utilizado.

Costa (2008) escreve que com os vários acontecimentos observados na Europa, principalmente na porção Centro-Oriental, os temas das nações e nacionalidades, identidades culturais e políticas, autodeterminação dos povos, organização federativa multinacional, soberania do Estado-nação, etc., que pareciam esquecidos tendo-se em vista que as discussões recentes giravam em torno de questões político-econômicas em função da criação da União Europeia, emergem com bastante força e se tornam recorrentes. No período Pós-Guerra Fria podemos elencar a criação de milhares de quilômetros de fronteiras na Europa, a questão norte-irlandesa, o conflito belga, o movimento basco e catalão na Espanha, o desmantelamento da antiga Iugoslávia, entre outros, que corroboram para o afloramento destes movimentos, como afirma o autor.

A partir da observação das diversas assertivas relacionadas à questão do nacionalismo, pode-se inferir que este é um fenômeno cultural e politicamente construído, alicerçado sobre inúmeros vetores, tais como etnia, território, idioma, religião, formas de governo, identidades oprimidas e, sobretudo, pelo interesse de determinado grupo que por alguma circunstância se sente subjugado. Interessante ressaltar, que nem todos os movimentos nacionalistas objetivam a formação de Estados soberanos, como foram no passado os casos da Catalunha e do País Basco, que já passaram por referendos para se separarem da Espanha, e em ambos os casos, optou-se pela não separação; ainda que se lutasse por mais autonomia. Sabe-se que atualmente, em função principalmente da crise econômica espanhola, o movimento catalão ganhou outra perspectiva, com forte tendência separatista.

Sobre o conceito de nação, Guibernau (1997) a define “como um grupo humano consciente de formar uma comunidade, partilhando uma cultura comum, ligado a um território claramente demarcado, tendo um passado e um projeto comuns para o futuro, e exigindo o direito de se governar.” É importante diferenciar um grupo étnico de uma nação, uma vez que o primeiro não apresenta exigências políticas específicas, embora também tenha origem e laços culturais comuns.

Gellner (1993) assevera que “[...] as nações, tal como os Estados, são uma contingência e não uma necessidade universal.” O autor afirma ainda que não há dúvidas de que o Estado surgiu sem a ajuda da nação e que algumas nações surgiram sem a bênção do seu próprio Estado. A questão que se coloca é se o significado que atribuímos hodiernamente ao conceito de nação não pressupõe, compulsoriamente, a existência prévia do Estado.

Castells (2010) diz que “nação são comunidades culturais construídas nas mentes e memória coletiva das pessoas por meio de uma história e de projetos políticos compartilhados.” Importante ressaltar que uma das características da nação é que a identidade comum é aceita por um número maior de pessoas do que em qualquer outro agrupamento humano. Pode-se dizer que as fronteiras

de uma nação transpõem a fronteira de uma região, de um Estado, etc.

Um ponto relevante para esta discussão refere-se ao fato de que existem no mundo nações sem Estado, como é caso da Catalunha, País Basco, Chechênia, Curdistão, Escócia, Quebec, Saara Ocidental, Tibete, etc; Estados sem Nação, como é caso de grande parte dos Estados africanos surgidos no século XX que ainda sustentam uma identidade tribal, Cingapura, Taiwan; Estados Plurinacionais, como a Bélgica, a Espanha e o Reino Unido; Estados Uninacionais, como o Japão, etc. Para Castells (2010), “[...] deve ficar claro que cidadania não corresponde a nacionalidade.” Por exemplo, os catalães se declaram catalães, mas também espanhóis e europeus.

Discutir-se-á um pouco mais a questão das nações sem Estado, já que se fará uma breve análise sobre a situação catalã a seguir.

Outra questão que se coloca é quais são os aspectos comuns do nacionalismo nas nações que carecem de um Estado próprio. Em alguns casos, existe um certo grau de autonomia para estas nações sem Estado, inclusive com a manutenção de inúmeros elementos relacionados às suas tradições socioculturais, como são os exemplos da Escócia, Catalunha, País Basco, Quebec. Não obstante, há outros casos no mundo que evidenciam o não reconhecimento destes quarta: a falta de reconhecimento destas nações por parte dos estados que as contêm. Podem ser citadas a Palestina com relação a Israel, os curdos em grande parte do Oriente Médio, os tibetanos na China, etc.

Em geral, o aspecto comum dos movimentos nacionalistas que fazem com que minorias requeiram autonomia ou independência é a insatisfação com segurança, prosperidade econômica, participação política, não reconhecimento de valores intrínsecos àquele grupo por parte do Estado ou o próprio colapso de suas instituições, etc. Guibernau (1997) afirma que tamanho e população relativamente pequenos não são obstáculo para a constituição de um novo estado nacional independente, haja vista a independência alcançada pelas repúblicas bálticas nas últimas décadas. A autora ainda diz que a era do estado nacional de forma alguma se exauriu; os estados continuam sendo os principais agentes políticos, e que sua força e adaptabilidade não serão diminuídas em um futuro próximo.

Ao seguir nesta linha sobre a conscientização nacional das minorias, pode-se dizer que geralmente estes movimentos partem de um grupo de intelectuais que tentam resgatar aspectos culturais desta minoria, como por exemplo, a língua. Na Catalunha, a questão do idioma catalão foi um elemento muito forte nas discussões com o governo espanhol, como será explanado mais adiante. Em muitos casos, quando essas aspirações por autonomia ganham força, elas deixam de abordar apenas fundamentos culturais e se direcionam também às discussões políticas. Guibernau (1997) afirma que “as solicitações nacionalistas das minorias são provavelmente entendidas como uma ameaça à integridade do estado, que em alguns casos cede à pressão e realiza reformas democráticas para atender aos anseios deste grupo que faz as reivindicações; desta forma evita um problema maior que é a desintegração.”

Entretanto há casos em que há uma participação ativa do estado para destituir movimentos nacionalistas internos, como é caso dos chineses em relação aos tibetanos, cuja ação foi disseminada com grande apelo da mídia durante os meses que antecederam os Jogos Olímpicos de Pequim, em 2008.

SOBRE A CATALUNHA

A Catalunha, historicamente, construiu sua identidade em bases que não estabeleciam a luta por um Estado. Desde a restauração da monarquia espanhola, em 1975, a Comunidade Autônoma da Catalunha é governada por partidos nacionalistas.

Nesta região, o nacionalismo nasceu na década de oitenta do século XIX, em resposta a Castela que era vista com a mais importante dentre todas as regiões espanholas, entretanto era atrasada e apontada como um obstáculo ao crescimento da região catalã. Neste contexto, a Catalunha era definida como nação, em função de seu passado histórico e por conta de seu idioma próprio. Segundo Balfour & Quiroga (2007), “os intelectuais catalães tinham um forte apego à cultura catalã, mas não questionavam que a Espanha fosse a pátria mãe de todos, fenômeno conhecido como duplo patriotismo.” Os autores afirmam que “o nacionalismo elaborou mitos, rituais, símbolos que deram vida a um imaginário nacional que competia com a identidade nacional espanhola e que em alguns momentos produziram choques violentos.”

Abrão (2011) diz que o nacionalismo catalão se trata:

[...] de um nacionalismo que busca conservar a identidade linguístico-cultural, e que, de igual forma, deseja alcançar uma maior autonomia política para Catalunha. Isto é, um nacionalismo que implica tanto questões políticas como linguístico-culturais, a partir do qual se evidencia uma longa permanência histórica como movimento, além de constatar-se um alto grau de institucionalização política e cultural.

Em linhas gerais, Vilar (1989) afirma que o nacionalismo catalão tem como fundamentos alguns aspectos, entre eles a língua (que revelou um importante passado literário), a história medieval catalã, a tradição separatista catalã, que desde o século XV registrava críticas ao reinado de Castela; e por fim, a prosperidade econômica da região

Em 1932 há um referendo na Catalunha e o governo espanhol então aprova seu Estatuto de Autonomia. O governo regional catalão, conhecido como *Generalitat*, lançou políticas que incluíram uma reforma no sistema de ensino para aumentar o ensino em catalão, a promoção da cultura e uma reinterpretação da história da região. Para Castells (2010), “o atendimento das exigências nacionalistas da Catalunha e do País Basco por parte da República Espanhola foi uma das mais importantes causas da insurreição militar que culminou com a Guerra Civil Espanhola de 1936 a 1939.”

Durante a Guerra Civil, os nacionalismos conseguiram alcance internacional devido à luta antifranquista e ao combate ao nazismo. A ditadura deixou os movimentos nacionalistas de forma geral debilitados, devido à grande repressão exercida contra toda manifestação de identidades alternativas. O regime tentou apagá-los da esfera pública, mas estes sobreviveram no âmbito privado e passaram a esferas que a ditadura não controlava facilmente, como a igreja, por exemplo. Vale ressaltar que conforme afirma Castells (2010) esse período foi caracterizado pela eliminação deliberada de professores falantes de catalão das escolas. A partir daí, todas as forças políticas democráticas passaram a ser nacionalistas catalães.

Em 1978, a Constituição Espanhola formou a base de uma nova agenda que estabeleceu como as minorias nacionais deviam ser tratadas. Segundo Guibernau (1997), “uma Constituição

que se esforça por reconciliar a unidade dentro do território do estado com uma grande proporção de autonomia política para as nações que ele contém, mas que enfrenta conflito e tensão.” Para a autora, ou o estado se torna um instrumento puramente administrativo, que coordene as políticas de suas diferentes nações ou ele deve cultivar a diferença dentro de certos limites, para que haja um equilíbrio entre a aceitação da estrutura do estado por parte das minorias e o desestímulo a lutar por independência. No caso espanhol, percebe-se um movimento mais intenso no País Basco.

Ainda na década de 1970, surge o movimento de Convergência Democrática da Catalunha, encabeçado por Jordi Pujol, que de 1980 a 2003 foi governador da *Generalitat* da Catalunha. Esse movimento buscava a modernização da economia, a defesa da cultura catalã, a democratização espanhola e a incorporação de imigrantes ao movimento nacionalista. Na década de 80, já com o período da ditadura encerrado, o governo Pujol popularizou ideias de ampliação das relações entre Madri e a Catalunha e fomentou o catalão como a expressão fundamental do caráter nacional como idioma de todos os setores.

Entre 1983 e 1998 foram aprovadas leis que reforçavam o uso do catalão no sistema educacional, judicial e na administração pública, contribuindo para nacionalizar aqueles que falavam apenas o espanhol. Como as competências educacionais passaram para a *Generalitat*, o catalão se tornou a língua predominante nas instituições de ensino; além disso, havia cinco canais de televisão, emissoras de rádio e editora de revistas que passaram a prestigiar a cultura catalã.

Jordi Pujol, neste período, afirmava que a Catalunha jamais havia reivindicado especificidade étnica e religiosa, nem insistia em questões territoriais. Para ele, a identidade catalã estava fundada em bases linguísticas e culturais. A luta pela língua catalã é o que Castells (2010) chama de o “último bastião do autocontrole”, o reduto do significado identificável, uma vez que vivemos em um mundo submetido à ideologia da modernização e ao poder da mídia global; desta forma, a língua se torna a expressão direta da cultura, representa a reação contra uma suposta tentativa de homogeneização.

Vale lembrar a importância que os Jogos Olímpicos de 1992, em Barcelona, tiveram para projetar a região para o mundo e para fortalecer a identidade deste povo que havia sido reprimida por décadas durante a Ditadura espanhola.

Castells (2010) diz que “a Catalunha não representa uma entidade imaginada, mas sim um produto histórico constantemente renovado, ainda que os movimentos nacionalistas (re)construam seus ícones de autoidentificação com base em códigos específicos a cada contexto histórico e relacionado aos seus próprios projetos políticos.”

Nos últimos anos, principalmente a partir de meados da primeira década do século XXI, o movimento nacionalista catalão ganha outra característica. Os nacionalistas e independentistas catalães denunciam que a Catalunha está submetida a uma exploração econômica por parte do estado espanhol, principalmente no que se refere ao déficit da balança fiscal da Catalunha, entendendo que esta Comunidade Autônoma recebe muito menos do que contribui em matéria de impostos. Por este motivo, a Catalunha vem reclamando historicamente um maior nível de autodeterminação, tanto numa perspectiva legislativa como em matéria de poder executivo, judicial, cultural e econômico.

O discurso independentista se fortalece no momento em que a crise espanhola se aprofunda.

Não bastasse a crise da zona do euro, que ameaça dividir o bloco entre os países que souberam administrar suas finanças e os que fracassaram na adoção da moeda única, agora os nacionalismos regionais ganham novo impulso em razão da crise econômica. Regiões como Escócia (que acaba de passar por um referendo separatista), o sul da França (região de Occitania), o norte da Itália (onde os independentistas lutam pela criação da Padania), as lutas travadas na Bélgica pelo povo de origem flamenga, e a Catalunha na Espanha são alguns dos exemplos que apontam que mesmo após 50 anos de tentativas e ações para unificação europeia, o continente agora teme passar por um processo inverso, que é a fragmentação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na Catalunha, a questão é bastante complexa. Pesquisas informam que parte da população catalã é a favor da independência, todavia afirma-se que esta Comunidade Autônoma perderia com a eventual independência, já que a Espanha é país signatário da União Europeia e para que a Catalunha ingressasse no bloco, precisaria da anuência de todos os seus membros. Como dificilmente a Espanha aprovaria a sua entrada na União Europeia, seguramente a economia catalã sofreria um retrocesso.

Guibernau (1997) afirma que não está clara a maneira como a União Europeia tratará as nações sem Estado. Segundo a autora, “a Europa é uma entidade problemática, cujas fronteiras físicas e culturais não são claras, mas que partilha uma civilização comum.” Além disso, “[...]as discussões sobre o processo de unificação europeia, entre um número limitado de Estados, não incluíram um controle das aspirações e reivindicações de minorias nacionais”, continua a autora. A partir de sua assertiva, percebe-se que a questão catalã, assim como as outras mencionadas sobre as nações sem Estado, se enquadra nessa temática de como lidar com a preservação e desenvolvimento de culturas das minorias.

Segundo Castells (2010), a situação da Catalunha se enquadra “[...] no desenvolvimento de nações que ficam no limiar da condição de Estado.” Assim como a região-tema do artigo, poder-se-ia citar o Quebec, a Valônia, etc. O autor afirma que estes eram *quase* Estados por não constituírem estados completamente formados, mas sim com grande parcela de autonomia política em função de marcante identidade nacional.

Quando Castells propõe essa definição no final do século passado, efetivamente a Catalunha se encontrava em um ambiente de lutas por mais autonomia política e pela afirmação do catalão como idioma oficial da região. Hoje, com as reivindicações separatistas catalãs, inclusive com a aprovação recente para a execução de um referendo para decidir esta questão (novembro de 2014), nota-se a importância que ganha o território, conforme afirma Costa (2008), quando diz que “o território tem papel de sobredeterminação nos objetivos de emancipação nacional.” Para o autor, “o território é a primeira condição da autonomia nacional, diferentemente daqueles que defendem uma autonomia estritamente cultural.”

Enfim, a questão catalã é mais uma das que eclodiram em uma Europa, que apesar dos esforços de unificação, ainda não soube lidar com a luta das minorias, os movimentos separatistas, e ao fim e ao cabo, com a sua perda de identidade(s), dado o seu alto grau de cosmopolitismo. O que se percebe é que os recentes movimentos nacionalistas apontam para um caminho que o

continente talvez não contemplasse: “o de uma consciência de nação muito mais arraigado do que um sentimento europeu”, conforme afirma Aron (2002). No caso da Espanha, nota-se uma baixa articulação do poder madrilenho com as lideranças das Comunidades Autônomas, principalmente nas últimas gestões de José Luis Zapatero, José María Aznar e atualmente com Mariano Rajoy, fato que demonstra o alto grau de insatisfação de inúmeros grupos nacionais minoritários do país, fomentando a disseminação de movimentos separatistas, como o que vem sendo travado na Catalunha.

REFERÊNCIAS

- ABRÃO, Janete. *O Nacionalismo Catalão e a Crítica à Dicotomia Existente entre Política e Cultura*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, 2011
- ALMEIDA, Lucio Flavio. *Ideologia Nacional e Nacionalismo*. São Paulo, EDUC, 1995.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas. Reflexões sobre a Origem e a Difusão do Nacionalismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.
- ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as Nações*. Brasília, Editora da UNB, 2002.
- BALCELLS, Alber. *Breve Historia del Nacionalismo Catalán*. Madrid. Alianza Editorial, 2004.
- BALFOUR, Sebastian & QUIROGA, Alejandro. *España Reinventada: Nación e Identidad desde la Transición*. Barcelona, Península, 2007.
- CASTELLS, Manuel. *O Poder da Identidade*. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 2010.
- COSTA, Wanderley Messias. *Geografia Política e Geopolítica*. São Paulo, EDUSP, 2008.
- GELLNER, Ernest. *Nações e Nacionalismo*. Lisboa, Gradiva, 1993.
- GUIBERNAU, Montserrat. *Nacionalismos: O Estado Nacional e o Nacionalismo no século XX*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1997.
- HALL, Stuart. *A Identidade Cultural da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro, DPA Editora, 2011.
- HOBBSBAWN, Eric. *Nações e Nacionalismo*. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 2004.
- IANNI, Octavio. *A Era do Globalismo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.
- LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: Um Conceito Antropológico*. Rio de Janeiro, Zahar, 2011.
- NYE, Joseph. *Compreender os Conflitos Internacionais*. Lisboa, Gradiva, 2002.
- POMER, Leon. *O Surgimento das Nações*. São Paulo, Ed. Atual, 1986.
- VESENTINI, José William. *Novas Geopolíticas*. São Paulo, Ed. Contexto, 2005.
- VILAR, Pierre. *A Guerra da Espanha*. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1989.